

ESCOLHA DE CURSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BASEADA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

CHOICE OF A VOCATIONAL EDUCATION COURSE BASED ON DEMOCRATIC MANAGEMENT: AN EXPERIENCE REPORT

Data de entrega dos originais à redação em: 03/02/2016
e recebido para diagramação em: 27/04/2016.

Deloíze Lorenzet ¹
Gelson Luís Petter Córrea ²
Richard Martins ³

Este artigo relata a prática pedagógica da gestão democrática na escolha de curso da Educação Profissional do Câmpus Avançado Novo Hamburgo. Neste sentido, foram realizadas audiências públicas, pesquisas para a escolha do eixo tecnológico e pesquisas para a escolha do curso. Estruturalmente este artigo é composto por três momentos: o primeiro é referente à apresentação da instituição e do câmpus; o segundo aborda a gestão democrática e a escolha do eixo tecnológico; o terceiro relata a escolha do curso técnico por meio de pesquisa com questionários. Como resultado, obtivemos a participação da comunidade, de entidades, de representantes de movimentos sociais e do setor industrial e comercial no processo decisório desta escolha do Curso Técnico em Mecatrônica.

Palavras-chave: Educação Profissional. Gestão Democrática. Trabalho.

This article reports the pedagogical practice of democratic management in choosing Professional Education of Novo Hamburgo Advanced Campus. As a methodological procedure, there were public hearings, research on the choices of the technological axis and the course. Structurally this article consists of three stages: the first is the presentation of the institution and the campus. The second is about the choice of democratic management and technological axis. The third is about reporting the choice of technical progress through research questionnaires. As a result we obtained participation of the community, associations, representatives of social movements and the industrial and commercial sector in the decision-making for the Mechatronics course.

Keywords: Professional Education. Democratic Management. Work.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo socializar a experiência de prática pedagógica da forma como escolhemos um curso técnico para ser ofertado em nossa instituição. Esse processo constituiu-se democraticamente com participação da comunidade, de entidades, representantes de movimentos sociais e do setor industrial e comercial. Buscamos com este relato de experiência demonstrar que a escolha dos cursos técnicos, a exemplo do Câmpus Avançado Novo Hamburgo deve ser feita com base participativa, estabelecendo relações e considerando os arranjos produtivos locais. Esta temática é inovadora e pertinente, uma vez que foi desafiador encontrarmos relatos de experiências publicadas para auxiliar nesta tarefa de significativa importância.

Ao atuarmos na Educação Profissional, estamos conscientes de que devemos escolher um curso, uma formação que atenda às expectativas profissionais da comunidade, aos arranjos produtivos locais, aos movimentos sociais, às organizações sindicais, propiciando, assim, uma oportunidade de exercício que

valorize esta qualificação profissional e ainda consolide boa relação de diálogo entre o mundo da educação e o mundo do trabalho.

É pertinente identificarmos nosso contexto. A sociedade brasileira, historicamente, foi composta por desigualdades sociais e processos discriminatórios. Reportamos o entendimento de Martins:

[...] a exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho, e, sobretudo, não têm esperança (MARTINS, 2002, p. 21).

Martins, com propriedade, define o processo excludente como um problema social, que acontece de

- 1 - Pedagoga, Coordenadora de Ensino do Câmpus Avançado Novo Hamburgo (IFSul), Especialista em Psicopedagogia (UPF), Mestre em Educação (UPF), Doutoranda em Educação (UFRGS). < deloizelorenzet@ifsul.edu.br >.
- 2 - Técnico em Eletromecânica e Tecnólogo em Automação Industrial (IFSUL), Docente e Diretor do Câmpus Avançado Novo Hamburgo (IFSul), Mestre em Sistema de Processos Industriais (UNISC). < gelsoncorrea@ifsul.edu.br >.
- 3 - Técnico em Eletromecânica (IFSUL), Tecnólogo em Fabricação Mecânica (UPF), Docente e Chefe do Departamento Executivo do Câmpus Avançado Novo Hamburgo (IFSul), Especialista em Engenharia de Produção (Centro Universitário Leonardo Da Vinci), Mestre em Sistema de Processos Industriais (UNISC). < richardmartins@ifsul.edu.br >.

duas maneiras: a primeira, por meio da negação dos direitos básicos para viver com dignidade; a segunda, por meio das incertezas e ameaças contemporâneas, como o desemprego. Assim, consideramos a educação um direito, uma estratégia de combate às situações discriminatórias e nossa opção foi ouvir e questionar vários segmentos a fim de construir um projeto coletivo.

Neste sentido, acreditamos que a educação é uma das ferramentas que auxilia a construir pessoas, parcerias, um projeto de sociedade mais humanizado por meio do saber, do conhecimento com maior justiça social. Esta é uma das missões institucionais que buscamos desempenhar na oferta de educação pública, como prestação de serviço público e como direito social, a fim de promover a emancipação, como enfatizava Paulo Freire.

Sabemos que não é a educação que modela a sociedade, mas, ao contrário, a sociedade é que modela a educação segundo os interesses dos que detêm o poder. Se é assim, não podemos esperar que a educação seja a alavanca de transformação destes últimos. Seria ingênuo demais pedir à classe dirigente no poder que pusesse em prática um tipo de educação que pode atuar contra ela (FREIRE; SHOR, 1997, p. 49).

Deste modo, é essencial reivindicar por uma educação que atue criticamente num movimento contrário a estes interesses dos que detêm o poder. Um formato de educação que busque a construção crítica, a conscientização, a autonomia.

A missão que fundamenta o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense consiste em "implementar processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social".

Compreendemos que a Educação Profissional deve proporcionar a articulação entre a formação humana e técnica. Comungamos com Antunes (2005, p. 13) ao enfatizar "[...] sabemos que na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital". Assim, o saber rigoroso e o conhecimento técnico-científico desempenham papéis fundamentais na transformação do processo de produção. Nesta perspectiva, reforçamos a premissa explicitada por Antunes (2005, p. 20) "[...] o objetivo desse novo empreendimento social é tornar a atividade humana laborativa direcionada para a produção de bens socialmente necessários", cumprindo, assim, com a razão da economia, como uso racional dos recursos naturais e sociais e projetando o trabalho de modo sustentável, como construtor da vida e da dignidade do gênero humano.

Em virtude disso, levantamos algumas questões que servirão de referência para problematizarmos esta reflexão: quem é o Instituto Federal de Educação,

1 - Dados retirados do endereço eletrônico: < http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=43 >.

Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense? Como é o contexto social, econômico do Câmpus Avançado Novo Hamburgo? Como assimilamos o conceito de gestão democrática? Quais as reais demandas de formação profissional que o contexto local e regional possui? Qual eixo tecnológico que a comunidade tem interesse e necessidade de aprimorar? Qual curso mais especificamente representa as demandas da comunidade, das entidades e do mundo do trabalho com seus arranjos produtivos locais e regionais?

Didaticamente, estruturamos este artigo em três momentos: o primeiro é referente à apresentação da instituição e do contexto do mundo do trabalho que permeia a realidade do câmpus; o segundo aborda a gestão democrática e a escolha do eixo tecnológico; o terceiro relata a escolha do curso técnico. Por fim, foram realizadas algumas considerações finais. Salientamos que este processo decisório aconteceu, inicialmente, por meio de audiências públicas, onde a comunidade era convidada a participar dialogando, manifestando sua opinião. A abertura das audiências públicas era dada com a apresentação da instituição e do Câmpus Avançado Novo Hamburgo.

2 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CÂMPUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) dá continuidade a uma trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil, iniciada em 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha. A origem do IFSUL ocorreu em 1917 na cidade de Pelotas, por meio de assembleia com participação da sociedade civil e por meio de doações da comunidade foi construído o prédio da Escola de Artes e Ofícios, transformada após em Escola Técnica em 1930 com o intuito de ajudar "meninos pobres". Posteriormente, a instituição passou por reformulações. Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul.

Por meio do histórico institucional temos a seguinte trajetória:

Em 1959, a ETP é caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL. Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma Instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial. Em 1996, no dia 26 de fevereiro, foi colocada em funcionamento a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul (IFSUL, 2015).

Em 1999, segundo consta no histórico, através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETF em Centro Federal de Educação Tecnológica

de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

No final de 2008, foi criado, a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com sede e reitoria na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuam com foco na Educação Profissional de forma transversal na Educação Básica, por meio da Educação de Jovens e Adultos, na modalidade PROEJA, no Ensino Médio, de modo integrado, concomitante e articulado ou subsequente, verticalizando sua atuação para Cursos da Educação Superior, com cursos tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, possuindo a autorização de também atuar nos contextos da Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*). Conforme análises, variadas são suas atribuições. De acordo com a obra: *Um novo modelo para a Educação Profissional e Tecnológica*, organizada pela Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SEPT/MEC), possui a seguinte concepção:

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010, p. 6).

Tal excerto confirma a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e investigativos como características identificáveis da Educação Profissional. De acordo com a Lei n. 11.892, publicada em 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem como finalidade precípua, declarada no Artigo 6º: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia” (BRASIL, 2008, p.5). Neste sentido, esta instituição busca articular suas ações, seguindo esta orientação, cuja prioridade está na qualificação de cidadãos, no desenvolvimento humano, enfatizando as demandas sociais e as peculiaridades correspondentes ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

A referida legislação supracitada também declara em seu Artigo 7º que constitui um objetivo destas instituições ministrarem cursos de educação profissional que viabilizem a formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais em diferentes níveis e áreas. Assim, defende que os cursos da Educação Profissional devem estimular e apoiar processos educativos que levem à emancipação

do cidadão e à geração de trabalho e renda. É coerente enfatizar que atuamos com a formação humana articulando a formação para o trabalho.

Recentemente em dezembro de 2014, em virtude da terceira fase planejada através do Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, este Instituto (IFSul) contou com a capilaridade de 14 câmpus. Entre estes o Câmpus Sapiranga, sediado no município de Sapiranga, criado no ano de 2013. Esse câmpus está situado a dezesseis quilômetros da cidade de Novo Hamburgo e ancora o Câmpus Avançado Novo Hamburgo. Para maiores esclarecimentos, retratamos a definição de câmpus avançado, como vinculado administrativamente a um câmpus com o intuito de trabalhar no desenvolvimento da Educação Profissional por meio de atividades de ensino e extensão que contemplem as áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente com a oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

O município de Novo Hamburgo é considerado a Capital Nacional do Calçado. Esta cidade foi colonizada por imigrantes alemães e atualmente possui cerca de duzentos e quarenta mil habitantes, localizada na região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul, a quarenta quilômetros de distância da capital Porto Alegre. Novo Hamburgo é uma referência na região metropolitana por seu desenvolvimento local, considerada polo produtor. Em relação aos aspectos socioeconômicos, a cidade destaca-se pela indústria em larga escala, com produção calçadista, nos segmentos metalmeccânico, na industrialização da borracha, de couros e peles, nos processos químicos, na produção de vestuário, na industrialização de outros gêneros, como alimentos e bebidas, papel e gráficos, madeira e móveis. Além destes setores, atua também na comunicação, construção civil, prestação de serviços, comércio e no setor agropecuário.

De acordo com o documento da SEPT, os Institutos Federais devem conhecer e contribuir com os arranjos produtivos locais. Nesta obra, assim é explicitado:

Os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2010, p. 22).

Conforme esta orientação, os Institutos Federais devem qualificar o cidadão, como sujeito do desenvolvimento local e regional. Para alcançar este

propósito, devem agir como espaço privilegiado para a construção e democratização do conhecimento, por meio da busca de maior inserção de mão de obra qualificada neste espaço, com a elevação do padrão produtivo, com o incremento de novos saberes consubstanciados em bases sociais, econômicas, políticas, culturais e de sustentabilidade.

Nesta direção, os servidores públicos lotados no Câmpus Avançado Novo Hamburgo realizaram audiências públicas e pesquisas com base no princípio da gestão democrática, ouvindo a comunidade, as entidades de classes e convidando-os a participar nesta decisão, preocupados com a oferta de qualificação. Nesta tarefa foi realizada uma apresentação institucional, pois muitos não tinham conhecimento desta instituição e assim foram esclarecidas dúvidas. Dando continuidade aos encontros, era aberto o diálogo acerca dos Eixos Tecnológicos, explicando as maiores afinidades com as emergências do setor produtivo e os possíveis cursos a serem ofertados na área profissional.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E A ESCOLHA DO EIXO TECNOLÓGICO

A Constituição Federal Brasileira sinaliza em seu Artigo 206 que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”: Inciso VI – “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Da mesma maneira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Artigo 3º, Inciso VIII, expõe o mesmo princípio (BRASIL, 1996). Ao interpretarmos tal ordenamento legal, podemos inferir que as escolas como um todo e os sistemas de ensino devem pautar suas decisões democraticamente.

A fim de enriquecer este processo de escolha, com base no princípio da gestão democrática, foram realizadas audiências públicas, construídas relações com diversos sujeitos, estabelecidos diálogos e questionários aplicados para estabelecer vínculos de parceria, engajamento e comprometimento. É essencial enfatizar que o processo de gestão democrática, conforme a concepção de Bordignon e Gracindo (2000), é um processo político administrativo contextualizado. Quando optamos por uma orientação democrática, implica efetivamente oportunizar a participação das pessoas nos processos decisórios, tendo em vista a construção e o exercício da autonomia em um contexto de relações e interdependências. Para estes autores, os processos decisórios democráticos fazem vir à tona os interesses sociais e ainda geram a participação, a corresponsabilidade e o compromisso.

Conforme a autora Ferreira (2004), gestão significa tomada de decisão, organização e direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades. O termo “gestão” provém do latim: *gero, gessi, gestum, gerere*, que significa: levar sobre si, chamar a si, exercer, gerar.

Segundo Souza e Castro (2012), o conceito de gestão democrática está intrinsecamente ligado aos conceitos de autonomia, descentralização e participação sociopolítica. Frente a isso, argumentam que novos arranjos de gestão escolar vão sendo assumidos, com foco na ampliação da autonomia administrativa, financeira e pedagógica e com maior envolvimento dos

professores, funcionários, alunos, pais e a comunidade local para realizar decisões. Tais autores ainda alertam que: “tradicionalmente, o processo decisório esteve centrado na direção da instituição escolar, o que significa não ser fácil o seu deslocamento para a esfera coletiva, embora se reconheça que se trata de uma questão processual e não imediata” (SOUZA; CASTRO, 2012, p. 1204). Assim, é fundamental avançar para decisões a serem tomadas coletivamente.

Na concepção de Dourado (2000), a gestão democrática,

[...] é um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a criação de canais de efetiva participação e aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2000, p.79).

De acordo com este entendimento, muitos são os objetivos tangíveis com esta prática, como aprendizado, como luta política, como proposta para repensar as estruturas de poder.

De modo apropriado, em defesa dos processos democráticos, Bobbio (1994, p. 15) esclarece que “uma sociedade é tanto melhor governada, quanto mais repartido for o poder e mais numerosos forem os centros de poder que controlam os órgãos do poder central”. Ou seja, a distribuição, a descentralização, a desconcentração do poder é essencial para a emancipação, para a autonomia, no seu sentido literal como autogoverno.

Nesta perspectiva, Souza (2009) também revela:

Isso quer dizer que a gestão da escola pública pode ser entendida pretensamente como um processo democrático, no qual a democracia é compreendida como princípio, posto que se tem em conta que essa é a escola financiada por todos e para atender ao interesse que é de todos; e também como método, como um processo democratizante, uma vez que a democracia é também uma ação educativa, no sentido da conformação de práticas coletivas na educação política dos sujeitos (SOUZA, 2009, p. 126).

Deste modo, os Institutos Federais, como instituições educativas públicas, também devem adotar posturas éticas, implementando processos democráticos como ação educativa cidadã. O próprio documento orientador da SEPT sugere que um dos desafios dos Institutos Federais é: “tornar-se espaços de referência do estar junto, do coletivo, da troca de sentidos, enfim, de relações de negociações de sentidos que, estendendo-se para além do espaço institucional, constituem o cerne de uma vivência mais democrática” (BRASIL, 2010, p. 23). Além da escolha do curso, tal concepção já sinaliza para uma formação e transposição didática mais contextualizada e integrada com a realidade social.

A partir do ano de dois mil e oito, com a publicação do Ministério da Educação e Cultura, do Catálogo Nacional

de Cursos Técnicos, os cursos profissionalizantes foram agrupados em eixos tecnológicos para dar maior uniformização na nomenclatura e definição dos mesmos. Anteriormente, os cursos profissionalizantes eram definidos de acordo com a área profissional.

Desta maneira, está explícito que possuímos treze eixos tecnológicos. São eles²: 1) Ambiente e Saúde; 2) Controle e Processos Industriais; 3) Desenvolvimento Educacional e Social; 4) Gestão e Negócios; 5) Informação e Comunicação; 6) Infraestrutura; 7) Militar; 8) Produção Alimentícia; 9) Produção Cultural e Design; 10) Produção Industrial e Design; 11) Recursos Naturais; 12) Segurança; 13) Turismo, Hospitalidade e Lazer.

A partir destes dados, foi realizada a primeira Audiência Pública para principiar a definição do Eixo Tecnológico. Esta Audiência Pública ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo com a presença de autoridades, representantes da comunidade, de setores da indústria, de movimentos sociais, de entidades sindicais, onde foram apresentados os eixos tecnológicos relacionando possibilidades pertinentes ao contexto. Este público, em forma de assembleia, dialogou e contribuiu nesta escolha, elegendo por meio de votação o eixo, que maior demonstrava oferta de trabalho, viabilizando a inserção profissional. Por meio desta decisão democrática, foi escolhido o eixo tecnológico de Controle de Processos Industriais.

Para definir o eixo tecnológico, inicialmente, realizaram-se investigações que retratassem a realidade, a fim de conhecer a inserção e diagnosticar dados de 2011, 2012 e 2013 do Ministério do Trabalho e Emprego, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponível também na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), por meio da "Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário" (Indicadores, Indústria). De acordo com o IBGE esta pesquisa:

Produz indicadores de curto prazo, relativos ao comportamento do emprego e dos salários nas atividades industriais, sobre pessoal ocupado assalariado, admissões, desligamentos, número de horas pagas e valor da folha de pagamento em termos nominais (valores correntes) e reais (deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), tendo como unidade de coleta as empresas que possuem unidades locais registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, e reconhecidas como industriais pelo Cadastro Central de Empresas do IBGE (IBGE, 2014).

Conforme ilustra a tabela 1, esta pesquisa tinha por finalidade inventariar os indicadores que contemplavam o crescimento, a expansão, a ascensão da oferta de vagas e empregos da Mesorregião e da Microrregião de Porto Alegre e do município de Novo Hamburgo. Tais indicadores revelam as potencialidades econômicas regionais que necessitam de maior implantação, pois nossa existência institucional está imbricada com a possibilidade de sermos coadjuvantes com o desenvolvimento regional. Neste sentido, os cursos

2 - Para esclarecer indicamos verificar: < <http://pronatec.mec.gov.br/nct/eixostecnologicos.php> >.

oferecidos têm o compromisso de gerar tecnologia, conhecimento e crescimento para este contexto.

Tabela 1 - Demandas do Eixo em Novo Hamburgo

| EIXO DE CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS | |
|---|-----|
| Crescimento da Oferta de Vagas de Emprego (2005 -2013) | |
| Mesorregião de Porto Alegre | 41% |
| Microrregião de Porto Alegre | 40% |
| Município de Novo Hamburgo | 35% |

Fonte: IBGE, 2014.

Segundo explicações oriundas da página do Ministério da Educação, este eixo:

Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. A proposição, implantação, intervenção direta ou indireta em processos, além do controle e avaliação das múltiplas variáveis encontradas no segmento produtivo, identificam este eixo. Traços marcantes deste eixo são a abordagem sistemática da gestão da qualidade e produtividade, das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico-econômica, além de permanente atualização e investigação tecnológica (BRASIL, 2008, p. 46).

Conforme observamos, este eixo é amplo, abrigando diversas possibilidades, com preocupação industrial, ambiental, ética, com a qualidade e produtividade, sendo possível o percurso de diversos itinerários formativos. Frente a isso, o próximo passo dado correspondeu à escolha do curso técnico também democraticamente.

4 ESCOLHA DO CURSO TÉCNICO

Após a definição do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, foram impressas informações que descreviam sucintamente os dezoito cursos contemplados por este eixo. Para exemplificar, citamos: Automação Industrial, Mecatrônica, Eletrônica, Eletromecânica, Eletrotécnica, Eletroeletrônica, Sistemas de Energias Renováveis, Metalurgia, Mecânica, Refrigeração e Climatização, Manutenção Automotiva, Manutenção Metroferroviária, Petroquímica, Metrologia, Química, Mecânica de Precisão, Sistemas a Gás e Máquinas Navais.

Dando sequência, avançamos para mais uma etapa, onde foram consultadas as entidades de classe, os movimentos sociais e os setores produtivos. Entre estes foram ouvidos: os Sindicatos dos Trabalhadores de Novo Hamburgo, os Sindicatos dos Empregadores de Novo Hamburgo e as Associações de Bairros; ao todo, doze entidades foram consultadas. Desta maneira, os servidores do Câmpus Avançado Novo Hamburgo acolheram seus interesses e demandas.

As principais reivindicações destes organismos são de qualificação nas áreas de Automação Industrial,

Mecânica e Manutenção Automotiva, como demonstra a figura 1. Esta atitude consultiva corresponde ao desejo da instituição (IFSul) de qualificar profissionais em afinidade com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais.

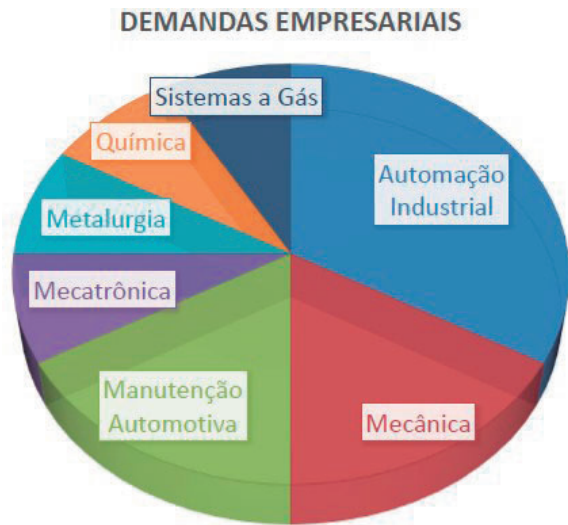


Figura 1 - Demandas Empresariais
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Dando continuidade, foram realizadas visitas às escolas e explanações contextualizando a instituição e as demandas de trabalho locais. Ao todo, foram visitadas dez Escolas Municipais e seis Escolas Estaduais, somando cinquenta e três turmas, contabilizando mil e trinta e nove estudantes. No segundo semestre do ano de 2014, visando oportunizar a participação de uma grande quantidade de pessoas para que manifestassem sua opinião e escolhessem democraticamente, foi realizada uma pesquisa colocando à disposição um questionário semiestruturado que foi respondido pelos educandos.

Para esclarecer este formato de consulta, descreveremos este questionário, que estava dividido em duas partes. A primeira parte era referente à caracterização do entrevistado, buscando dados como idade, sexo e nível de escolaridade.

Tabela 2 – Escolha do curso

| EIXO TECNOLÓGICO: CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS | |
|--|--|
| Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. | |
| <input type="checkbox"/> Técnico em Automação Industrial <input type="checkbox"/> Técnico em Eletroeletrônica <input type="checkbox"/> Técnico em Eletromecânica <input type="checkbox"/> Técnico em Eletrônica <input type="checkbox"/> Técnico em Eletrotécnica <input type="checkbox"/> Técnico em Mecatrônica <input type="checkbox"/> Técnico em Sistemas de Energia Renovável <input type="checkbox"/> Técnico em Refrigeração e Climatização <input type="checkbox"/> Técnico em Mecânica | <input type="checkbox"/> Técnico em Mecânica de Precisão <input type="checkbox"/> Técnico em Metalurgia <input type="checkbox"/> Técnico em Metrologia <input type="checkbox"/> Técnico em Manutenção Automotiva <input type="checkbox"/> Técnico em Manutenção Metroferroviária <input type="checkbox"/> Técnico em Máquinas Navais <input type="checkbox"/> Técnico em Petroquímica <input type="checkbox"/> Técnico em Química <input type="checkbox"/> Técnico em Sistemas a Gás |

Fonte: IFSul, 2014.

A segunda parte possuía maior aproximação com a escolha do curso. A primeira pergunta era referente ao conhecimento da existência de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e ao meio pelo qual o estudante obteve esta informação. Após esta pergunta, o(a) entrevistado(a) podia opinar se tinha interesse em estudar nesta rede de instituições. Por fim, era apresentada a tabela com os cursos do Eixo Temático: Controle e Processos Industriais, para que o(a) entrevistado(a) votasse, indicasse dois cursos que contemplassem seus interesses.

Por meio destes procedimentos de escolha democrática, com a compilação dos dados que representavam os participantes descritos anteriormente, foi escolhido e definido como primeira opção o Curso Técnico em Mecatrônica. Abaixo, segue em anexo a figura que ilustra o resultado dos três cursos que mais obtiveram votos.

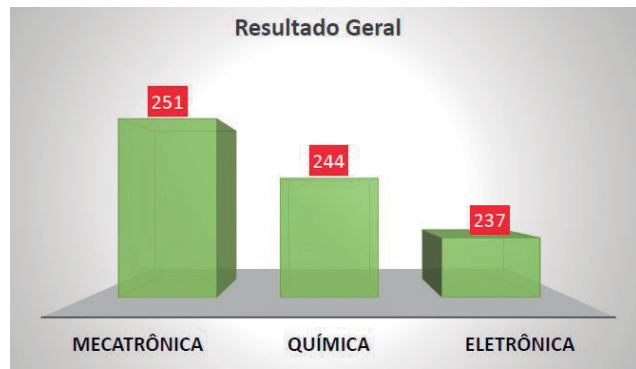


Figura 2 – Pesquisa nas escolas do município de Novo Hamburgo
 Fonte: Pesquisa usando questionário, 2014.

Conforme ilustra esta pesquisa, de acordo com os educandos das escolas, o curso de Mecatrônica recebeu duzentos e cinquenta e um votos, alcançando o primeiro lugar, o curso de Química somou duzentos e quarenta e quatro votos, ocupando o segundo posto e o curso de Eletrônica conquistou o terceiro lugar com duzentos e trinta e sete votos.

Posteriormente, foi realizada a segunda Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo para apresentar toda esta trajetória de investigação e o resultado evidenciado. Em síntese, esquematicamente, evidencia-se as bases científicas e a atuação do curso Técnico em Mecatrônica por meio da figura 3.

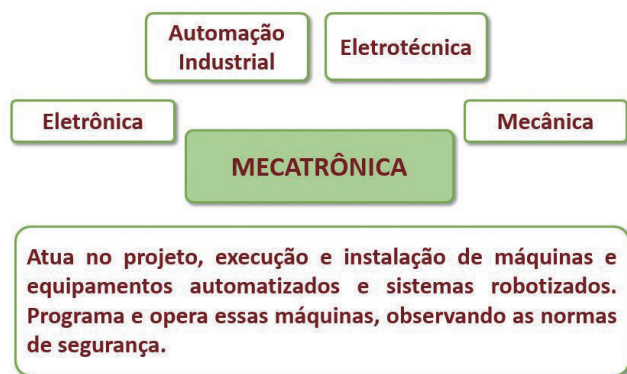


Figura 3 – Curso de Mecatrônica em Síntese. Fonte: BRASIL, 2014.

Neste sentido, o curso escolhido atende às necessidades da economia local, com possibilidades de atuação, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2008) na indústria automobilística e metalmeccânica, fábricas de máquinas, componentes e equipamentos robotizados, laboratórios de controle e qualidade e prestadoras de serviço, uma vez que o município de Novo Hamburgo possui consistência econômica nos setores industriais, como já foi descrito anteriormente.

O respectivo curso Técnico em Mecatrônica, segundo o Catálogo Nacional de Cursos (BRASIL, 2008, p. 56), deve ter carga horária mínima de mil e duzentas horas e o perfil do egresso será de atuar “no projeto, execução e instalação de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados”. Nesta perspectiva, também será instrumentalizado para realizar “manutenção, medições e testes dessas máquinas, equipamentos e sistemas conforme especificações técnicas”. Aliado a isso, o educando realizará a execução do “programa e operará essas máquinas, observando as normas de segurança”.

Deste modo, o Catálogo Nacional de Cursos (BRASIL, 2008, p.56) sugere algumas possibilidades de temas a serem abordados na formação do Técnico em Mecatrônica, sendo elas: eletricidade, eletrônica, programação, materiais, equipamentos mecânicos, servomecanismos e motores elétricos, metrologia, elementos de automação, desenho, comando numérico computadorizado (CNC), projeto e manufatura assistidos por computador (CAD/CAM) e robótica.

Para alcançar estes objetivos, o curso direcionará suas atividades, construindo sua matriz curricular para a conquista da formação humana e técnica, para o trabalho em equipe de forma colaborativa e para a qualificação, a fim de formar educandos que, inseridos no mundo do trabalho, possam contribuir como seres humanos éticos e como sujeitos competentes em sua área de atuação. Assim, o curso articula aulas teóricas e práticas, integrando as perspectivas da educação, da cultura, do trabalho, da ciência e da tecnologia, com vistas a formar integralmente seus estudantes.

Em virtude desta concepção, elegemos o argumento de Frigotto, segundo o qual, quando pensamos em educar trabalhadores, não estamos falando em preparar robôs ou pessoas adestradas para cumprir ordens, ou apenas saber fazer o que lhe

foi mandado, entretanto, devemos exigir “uma educação plurilateral, tecnológica ou politécnica, formadora de sujeitos autônomos e protagonistas da emancipação humana” (FRIGOTTO, 2002, p. 26).

Outra referência a ser considerada na organização pedagógica e curricular deste curso é a oportuna reflexão de Fernandes (1989), quando questiona certos entendimentos de que a educação do trabalhador deveria ser diferenciada da educação da elite ou dos intelectuais. Assim, Fernandes alerta:

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusivista. É trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não polido, intelectualizado! Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção (FERNANDES, 1989, p. 243).

Fernandes denuncia o sistema educativo dual e conclui seu raciocínio afirmando que o trabalhador tem direito a uma educação com excelente cultura formativa, pois, ele precisa conhecer o mundo, aprender e explicar o mundo e não basta lhe dar adestramento. Concordamos com sua ideia e pensamos, assim, numa matriz curricular que atenda à formação humana de trabalhadores, numa perspectiva de educação profissional voltada para a formação de sujeitos autônomos e protagonistas da sua emancipação.

De modo semelhante, o educador Freire (1979) também contribui substancialmente ao atribuir ao trabalhador a tarefa de transformação social, afirmando que:

É necessário, porém, que o trabalhador social se preocupe com algo já enraizado nestas considerações: que a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la (FREIRE, 1979, p. 48).

Assim, é imprescindível que exista a tomada de consciência da realidade, indagando as contradições, na perspectiva de modificá-las.

Frente ao exposto, com base neste processo de escolha democrática, fundamentamos nossas esperanças para que o Curso Técnico em Mecatrônica venha a atender aos anseios da comunidade, dos estudantes, do setor industrial, dos movimentos sociais, das associações de moradores e entidades sindicais ao propiciar a qualificação profissional, ampliar oportunidades e possibilitar melhores condições de trabalho, auxiliando, por fim, na melhoria da qualidade de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo relatou a experiência da escolha de curso da Educação Profissional do Câmpus Avançado Novo Hamburgo. Este processo de escolha aconteceu embasado no princípio da gestão democrática, com participação de diversos segmentos. A preocupação da instituição consiste em ofertar educação que promova a emancipação dos sujeitos, engajados na transformação social e, ainda, consolide melhorias para o contexto local e seus arranjos produtivos.

Estruturalmente, este artigo foi composto por três momentos: o primeiro referente à apresentação da instituição e do câmpus como forma de divulgação e conhecimento da instituição nas audiências públicas; o segundo aborda a concepção de gestão democrática e a escolha do eixo tecnológico, retratando a preocupação de “servir ao público e oportunizar a participação nesta decisão para capacitar profissionais carentes na cadeia produtiva; o terceiro relata a escolha do curso técnico por meio de questionário. Cabe aqui também ressaltar que a primeira edição deste processo seletivo contou com duzentos e quarenta e nove inscritos, demonstrando o coroamento deste trabalho, a ampla divulgação, aceitação e o interesse da comunidade em ingressar neste curso, para o qual foram inicialmente ofertadas vinte e quatro vagas.

Ressaltamos que o processo de gestão democrática está pautado na responsabilidade social, pois a gestão pública necessita representar os interesses do coletivo, não podendo estar vinculada a razões particulares, com critérios arbitrários. De acordo com o pensamento dos autores Bordignon e Gracindo (2000), o processo de gestão democrática é um processo político-administrativo contextualizado, sob uma orientação democrática, implica a participação das pessoas, tendo em vista a construção e o exercício da autonomia em um contexto de relações e interdependências.

Este trabalho também propiciou o levantamento de outras situações-desafiadoras que, posteriormente, poderão ser desenvolvidas: a) as demais instituições de educação profissional escolhem seus cursos com base em que fatores? b) após a conclusão deste curso, o índice de ocupação de postos de trabalhos será maior neste curso que considerou diversos fatores ou será semelhante a outros cursos escolhidos de modo diferente? c) qual o sentimento da comunidade, dos setores produtivos, dos movimentos sindicais, ao serem considerados na gestão democrática da escolha do curso?

Por fim, recorreremos ao educador Freire, o qual aborda em sua obra *Educação como prática de liberdade*, que é primordial analisar a realidade, trocando ideias, debatendo, dialogando com outros sujeitos:

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhes uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe

propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. Não seria possível, repita-se, com uma educação assim, formarmos homens que se integrassem neste impulso de democratização. (FREIRE, 2006, p.104-105).

Conforme esta contribuição, de fato, a educação deve apropriar-se das categorias de Freire e, por meio do diálogo, da participação, da reinvenção, da recriação, da busca, da procura, precisa conhecer a realidade e aproximar-se dela, como princípios para a democratização. Nesta perspectiva, esta prática pedagógica demonstrou que a gestão democrática possui como elementos centrais o diálogo, a participação e o envolvimento. Sendo assim, os participantes se reconhecem como pertencentes às escolhas e comprometidos com elas. Por fim, é imprescindível valorizar cada identidade, cada profissional, cada setor produtivo, cada entidade representativa para que nossos processos educativos contribuam com os objetivos de formação e qualificação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-176.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 8 jun. 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 8 jun. 2015.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília: SEPT, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf>. Acesso em 20 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/catalogo_tecnicos.pdf >. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/rais/> >. Acesso em: 18 nov. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 77-95.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na "cultura globalizada". **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619.pdf> >. Acesso em: 5 jun. 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____; SCHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do Professor**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criações e destruições da vida. In: CIAVATA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio.

(Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 11-28.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=34 >. Acesso em: 1 dez. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (Brasil). **Missão**. Disponível em: < <http://www.ifsul.edu.br/instituto> >. Acesso em: 19 mar. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (Brasil). **Histórico**. Disponível em: < <http://www.ifsul.edu.br/historico> >. Acesso em: 10 fev. 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.3, p.123-140, dez. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf> >. Acesso em: 8 jun. 2015.

SOUZA, Donaldo Bello; CASTRO, Dora Fonseca. Gestão democrática da educação sob perspectiva comparada Brasil-Portugal: entre a exigência legal e a exequibilidade real. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1195-1213, out./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a15v33n121.pdf> >. Acesso em: 8 jun. 2015.